



## **SEXUALIDADE NA ESCOLA: REFLEXÕES ACERCA DAS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS NAS PRÁTICAS DOCENTES**

Paula Naranjo da Costa<sup>1</sup>

Nayara Ferreira Costa<sup>2</sup>

Ana Cláudia Sá de Lima<sup>3</sup>

José Camilo Ramos de Souza<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Práticas educativas relacionadas à sexualidade são desenvolvidas desde as primeiras décadas do século XX nas escolas brasileiras e revelam abordagens baseadas em uma visão predominantemente biológica. Dessa forma, o artigo propõe uma reflexão teórica buscando problematizar a concepção de sexualidade e as abordagens vigentes no espaço escolar, considerando a perspectiva da sexualidade como construção histórica. Premissas discursivas de docentes como detentores do conhecimento e o conhecimento científico tido como saber legítimo e universal, acabam sustentando concepções hegemônicas e cristalizadas nas práticas educacionais, que, por sua vez, dificultam novas abordagens. Mudanças teórico-metodológicas podem ser possíveis a partir de uma formação inicial e continuada sólida com intuito de (re) pensar novas estratégias de abordar e discutir a sexualidade na sala de aula tendo em vista práticas educativas integradoras e contextualizadas, baseadas no respeito e igualdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade. Educação Sexual. Abordagens educativas.

### **INTRODUÇÃO**

---

*1 Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia. Professora da Rede Estadual de Manaus*

*2 Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia. Pedagoga da Rede Estadual de Manaus*

*3 Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia. Pedagoga da Rede Municipal de Manaus*

*4 Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)*



Lançar reflexões acerca das questões referentes à sexualidade na escola, pressupõe que direta ou indiretamente elas estão presentes em seu cotidiano. Pesquisas e estudos sinalizam que as dificuldades em abordar temáticas em torno da sexualidade decorrem, entre outras, de concebê-la como um tabu social, algo que deve ficar a cargo da família, com o fundamento de que nela estão implicadas escolhas morais e religiosas (LOURO, 2003).

Ainda que não seja falado, seja ignorado e silenciado, em uma tentativa de dessexualizar o espaço escolar (LOURO, 2000), não há como negar que: 1) as/os estudantes ficam e namoram nas instituições escolares; 2) atitudes discriminatórias contra outras identidades de gênero e orientação sexual, que não a do padrão heteronormativo, emergem e se reforçam na escola; 3) as desigualdades entre meninos e meninas podem ser reforçadas, ora nas brincadeiras, ora na forma como professoras e professores conduzem as atividades dentro e fora da sala de aula; 4) a violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas múltiplas formas, são constantes na sociedade e causam efeitos devastadores nas suas vítimas, refletindo no comportamento dentro do espaço escolar; 5) há diversas configurações familiares, fruto das modificações sociais nas últimas décadas, que compõe a vivência das/dos estudantes.

Neste processo, exige-se de professoras e professores postura educacional e política desvinculada de qualquer preconceito, receio ou visões discriminatórias para o trato com as questões, uma vez que as abordagens que orientam as práticas docentes implicam no processo formativo das/dos estudantes, em todos os níveis de escolarização.

Cabe destacar que práticas educativas relacionadas à sexualidade, nas escolas brasileiras, vem sendo desenvolvidas desde as primeiras décadas do século XX (RIBEIRO, 2004; ROSEMBERG, 1985; WEREBE, 1977) e embora dispositivos legais de educação, como o volume 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), o inciso 9º do Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB- 9394/96) e o Art. 16 da Resolução nº 07 que regulariza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2010), preconizem sua incorporação de forma transversal nos currículos de todos os níveis da educação básica, poucas são as pautas envolvendo tais questões, sendo comum designar as/aos professoras/es da disciplina de Ciências para propor discussões em torno da temática, considerando os conteúdos de corpo humano e aparelhos reprodutores deste campo.



O que se tem desvelado neste espaço privilegiado de abordagem são práticas educativas com visões puramente biológicas a respeito da sexualidade (FURLANI, 2011; RIBEIRO, 2002), ancoradas nos livros didáticos de Ciências e sua perspectiva cientificista (BORDINI, 2012). Conceber, assim, a sexualidade como algo que possuímos pela “natureza humana”, é uma construção aliada a cientificidade biológica e de certa maneira anula a dimensão social e política constituintes dos sujeitos, cuja concepção se ancora “na suposição de que todos vivemos nosso corpo, universalmente, da mesma forma” (LOURO, 2000, p. 08).

Em contraponto a essa perspectiva, compreendemos a sexualidade como um fenômeno histórico e socialmente construído, em aproximação com as proposições de Foucault (2015), que versa sobre a sexualidade não como algo puramente natural, mas como dispositivo<sup>5</sup> de produção de verdades constituídas por relações de poder, moldando formas de ser e pensar os sujeitos sociais.

O que se considera a partir de Foucault é que a sexualidade tem um caráter de construção, não sendo algo inerente ao ser humano e dada pela natureza, pelo contrário, é construída ao longo da vida. As identidades de gênero e seus diversos tipos de configurações familiares, as formas de expressão sexual, em suma, o dito e o não dito ao tratar de sexualidade, são construídos normalmente no meio social e nas relações estabelecidas por cada sujeito, sendo assim: “embora o corpo seja biológico, os desejos, os comportamentos, as identidades ultrapassam sua materialidade, tendo a sexualidade a ver além do corpo físico, com nossas crenças, ideologias e imaginações” (WEEKS, 2000, p. 36).

Desse modo, a concepção presente neste artigo parte da perspectiva que embora exista uma materialidade biológica, a qual não se nega, são as relações sociais e culturais que estabelecerão a construção da sexualidade. Logo, é necessário atentar-se aos sentidos dados às práticas educativas e aos efeitos exercidos nessa relação, de modo a buscar a superação preconceitos, discriminações e exclusões intensificadas no espaço escolar, tendo em vista que desde os primeiros anos de escolarização as crianças incorporam e reproduzem apelidos ofensivos, atitudes machistas, práticas homofóbicas, estigmatização de famílias que não sejam compostas por um homem e uma mulher, entre outras pautas de sexualidade.

---

5 Dispositivo em Foucault (2011, p.244) diz respeito a “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo”.



A partir disso, as questões aqui problematizadas são partes integrantes de um recorte teórico de uma pesquisa de mestrado em andamento, que objetiva analisar a maneira que os conhecimentos discentes e docentes, referentes às temáticas de sexualidade se relacionam e se expressam em uma turma do 5º ano do ensino fundamental. O que se busca não são respostas definitivas ou apontamentos dos melhores e/ou mais relevantes pressupostos ao trabalho docente, trata-se de uma reflexão teórica para problematizar a concepção de sexualidade e suas abordagens educativas vigentes no espaço escolar, considerando que a prática docente implica diretamente nos sentidos e significados atribuídos pelas/os estudantes, em especial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

### **O lugar da sexualidade na escola: abordagens em Educação Sexual <sup>6</sup>**

Práticas educativas envolvendo sexualidade nas escolas estão imbricadas historicamente com o desenvolvimento da Educação Sexual e o marco nesse cenário fundamenta-se na publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em meados de 1997. O documento, inspirado nos modelos de reforma curriculares da Espanha (BRAGA, 2006), foi elaborado em tentativa de unificação de uma base curricular nacional, composto por temas transversais a serem inseridos nos currículos escolares, atravessando todas as disciplinas, como no caso do denominado “Orientação Sexual”.

Com a criação do tema transversal de Orientação Sexual, as discussões de sexualidade foram inseridas legalmente no âmbito escolar, para serem trabalhadas em todos os ciclos da educação básica, fundamentados pela preocupação do estado em relação a saúde pública, em virtude do crescimento dos casos de contaminação do HIV e casos de gravidez indesejada na adolescência (BRASIL, 1997), transferindo-se para escola o papel preventivo da sexualidade de crianças e adolescentes com estratégias para o controle e normatização, pautadas na higiene corporal (ALTMANN, 2001).

Esse panorama histórico e legal leva a compreender que por mais que as práticas em educação sexual existam nas escolas desde o século XX, o que se tem constatado é que ainda

---

<sup>6</sup> Para Xavier Filha (2009) o termo vem sofrendo um desgaste conceitual, principalmente pelas práticas calcadas no biologicismo, especialmente fundamentadas em preceitos essencialistas e universalizantes. No entanto, sinalizamos o seu uso por considerar historicamente as produções acadêmicas e científicas brasileiras sobre o tema, bem como os estudos de Furlani (2011; 2013) que apresentam elementos relevantes para uma abordagem mais ampla, aprofundada e sistemática das temáticas envolvendo sexualidade na escola.



não houve uma efetivação das discussões nos currículos das instituições de educação básica que levem a novas abordagens e novas formas de pensar a relação entre educação e sexualidade.

Neste cenário, Furlani (2011), caracterizou na contemporaneidade oito diferentes tipos de abordagens em Educação Sexual, as quais repercutem diretamente na didática e política do trabalho docente, posto que cada uma pressupõe uma concepção de sexualidade, definindo a prática docente da/o professora/or que pensará, planejará e desenvolverá seu trabalho.

A abordagem biológico-higienista é a mais recorrente nas discussões de sexualidade na escolarização formal. Confere ênfase na biologia e caracteriza-se pela centralidade do ensino como promoção de saúde, da reprodução humana, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), gravidez indesejada, planejamento familiar, entre outros (FURLANI, 2011). É comum que esta abordagem esteja presente nas práticas educativas em sexualidade na escola, através do Ensino de Ciências e Biologia, no entanto, segundo Furlani (2011, p.16), pode implicar em uma visão limitada e reducionista, uma vez que considera as diferenciações entre homens e mulheres a partir de atributos corporais, órgãos genitais, contribuindo “tanto para a ‘naturalização’ das desigualdades sexuais e de gênero quanto para a formulação dos enunciados que hierarquizam essas diferenças (por exemplo, premissas machistas, sexistas, misóginas e homofóbicas)”.

A abordagem moral-tradicionalista é caracterizada por Furlani (2011, p. 18) “como aquela que defende a educação sexual como sendo de competência da família, que deve desencorajar o controle reprodutivo e que constrói enunciados que legitima a homofobia”. Essa perspectiva ainda hoje é recorrente, o que demarca o silenciamento em muitos momentos das discussões em torno da sexualidade nas escolas.

Abordagem terapêutica “trata-se daquela que busca ‘causas’ explicativas para as vivências sexuais consideradas ‘anormais’ ou para os ‘problemas sexuais’.” (FURLANI, 2011, p. 19). Geralmente está ligada a instituições religiosas e por meio da mídia e consultórios com “especialistas” utiliza-se, segundo Furlani (2011, p. 19), “das técnicas de terapia individual, grupal e de psicodrama para alcançar a ‘cura’ sexual”.

Já a abordagem religioso-radical caracteriza-se pelo uso do discurso religioso, fundamentado na bíblia, para determinar representações acerca daquilo que é considerado a



sexualidade “normal”. Para a autora, “o uso literal da bíblia tem sido usado, hoje, nas investidas pela manutenção da família patriarcal e pela volta da ‘submissão’ da mulher, tal como se dava nos tempos remotos das antigas escrituras” (FURLANI, 2011, p. 21).

As três últimas abordagens podem ser percebidas por seus princípios similares enraizadas em discursos religiosos e conservadores que remetem a concepções normatizadoras e universais de sexualidade.

Em uma regressão histórica é possível destacar o interesse de alguns desses dispositivos, como a igreja e estado na regulação da sexualidade. Diga-se de passagem, na própria atualidade brasileira, os discursos fundamentalistas e conservadores, nas pessoas de líderes religiosos e políticos, podem ser exemplificados. Fato esse corroborado nas inúmeras resistências e projetos de leis que de forma truculenta e descabida se voltam em oposição as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, procurando prescrever de forma velada qual a forma mais “apropriada” para vivermos a nossa sexualidade.

Em oposição a tais perspectivas, Furlani (2011) apresenta outros tipos de abordagens as quais vem ganhando espaço no cenário político, social e cultural que a educação está imersa, como é o caso da abordagem dos direitos humanos, a qual visa problematizar representações negativas socialmente impostas aos pertencentes dos chamados grupos subordinados (sexo, gênero, sexualidade, raça, classe, geração).

Outra abordagem recorrente é a dos direitos sexuais, que incorporam na educação sexual não somente discussões a respeito das práticas sexuais, ou identidade sexual, como também a equidade nas relações de gênero entre homens e mulheres. Para Furlani (2011) no contexto de escolarização as discussões que articulem os direitos sexuais na infância e adolescência, podem ser pautas de combate a violência sexual em suas múltiplas formas (exposição dos corpos, submissão física, abuso sexual, pedofilia, pornografia, prostituição e turismos infantis).

A abordagem emancipatória, em suma, segue vertentes teóricas marxistas e considera o contexto social como “repressor” da sexualidade humana, sendo necessário haver



a luta pela liberdade, tomada através da consciência. Para Furlani (2011, p. 33) “é possível afirmar que a ideia de emancipação preconizada por esta vertente acadêmica está associada ao esclarecimento (consciência) que remeterá à liberdade de escolha individual”. No Brasil, a autora menciona que docentes, mesmo que timidamente, realizam pesquisa que aludem à pedagogia emancipatória, alicerçadas no pensamento de Paulo Freire.

A última abordagem destacada por Furlani, baseia-se na teoria *Queer*<sup>7</sup>, que sinteticamente questiona e critica socialmente qualquer forma de pensamento normativo. No campo educacional os pressupostos do pensamento *queer* possibilitam o pensar de uma postura pedagógica provocadora e oposta a qualquer normatização da sexualidade, que nega, exclui e inferioriza as questões de gênero, das sexualidades, das raças e etnias. Embora reconheça como uma utopia epistêmica e política, Furlani (2011, p. 40) considera que uma educação sexual ancorada nessa perspectiva pode se “apresentar como perturbadora das ‘verdades’ que definem os campos de produção e reprodução de relações desiguais de poder e de legitimação das hierarquias sexuais e de gênero”.

Longe de demarcar qual a melhor abordagem e concepção de sexualidade as/os docentes devem seguir, o que procuramos diante desse panorama de abordagens e seus pontos teóricos basilares, é problematizar que determinados pressupostos revelam discursos e práticas de normalização e controle de sujeitos. Quando a escola não discute ou fixa em uma abordagem puramente biológica, por exemplo, a ordem estabelecida se configura em preconceitos e discriminação do que foge do padrão definido socialmente.

A escola é vista como um dispositivo político privilegiado de intervenção, regulação e prevenção, através do controle da sexualidade das criança e adolescentes. Como instituição, segundo Louro (2000), exerce pedagogias com distintas e divergentes representações acerca da sexualidade, as quais podem produzir efeitos sociais negativos, como discursos ocultos e silenciadores nos debates sobre as questões sexuais, desconsiderando a multiplicidade das diferenças sociais e culturais existentes nesse espaço.

---

7 Segundo Furlani (2011), o termo inglês *queer*, se refere a uma expressão que por muito tempo foi utilizada para humilhar e envergonhar pessoas definidas como esquisitas, fora dos padrões de gênero e sexualidade considerados “normais”. O que se vem construindo historicamente em utilização ao termo é uma marca de resistência dos grupos que re(significaram) o princípio negativo do *queer*. No Brasil, os as discussões problematizadas pela teoria *queer* ganharam visibilidade através dos estudos de Guacira Lopes Louro.



O que se vislumbra, em oposição a abordagens reducionistas, é compreender que a educação sexual deve ser caracterizada pela continuidade, levando em consideração as dimensões sociais e culturais presentes, com discussões em todos os níveis de ensino, haja vista que as situações que envolvem sexualidade ocorrem diariamente. Como argumenta Furlani:

Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente – porque o bombardeio midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente... porque as situações de exclusão social, decorrentes do sexismo e da homofobia, são constantes... porque as representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças estão permanentemente sendo fixadas mesmo com permanentes resistências... porque a subjetivação da sexualidade (que talvez tenha um papel maior do que, até então, temos considerado nessa dinâmica de mudança comportamental) está sendo permanentemente posta em questão pelos aparatos discursivos de uma cultura e precisa ter o contraponto reflexivo de uma educação sexual sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdade sexual, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de classe, de religião, etc (FURLANI, 2013, p. 69-70).

Considerando tais perspectivas, é necessário (re) pensar como esse campo vem sendo discutido nas escolas atualmente, desmanchando reducionismos e incoerências como a ênfase de se acreditar estar desenvolvendo Educação Sexual pelo simples momento de palestras, em datas específicas e com apoio científico de profissionais da medicina e psicologia.

### **Práticas educativas em sexualidade na escola hoje: são possíveis outras abordagens?**

Sendo a escola uma das primeiras instituições sociais na formação de crianças e adolescentes, é possível partir do entendimento de que o trabalho docente, além de mediar o ensino dos conhecimentos sistematizados historicamente nos currículos, possui um papel social e político, almejando práticas educativas de integração e respeito às múltiplas diferenças e vivência de uma sexualidade saudável e tranquila.

Diferente do que se compreende dos pressupostos e práticas em Educação Sexual no que diz respeito à transversalidade da temática, o que se tem observado nas questões





envolvendo sexualidade na escola é uma ligação com o saber científico, que legitima discursos de áreas específicas, como as/os professores de Ciências e Biologia, enfatizando, por conseguinte, a abordagem biológico-higienista. Para Ribeiro (2002, p. 75):

[...] nessa discursividade, a sexualidade tem ficado ligada à aquisição de conhecimentos científicos (categorizações e descrições) dos sistemas reprodutores e a genitalidade – atributo biológico compartilhado por todos, independente de sua história e cultura. Assim, os discursos científicos engendram a sexualidade como um atributo de natureza biológica, vinculada às características anatômicas, internas e externas, dos corpos, fixando nessas características a sexualidade e as diferenças atribuídas aos homens e mulheres.

Essa concepção de sexualidade marcada pela *scientia sexualis*<sup>8</sup>, é fortemente marcada por uma proliferação de discursos sobre a sexualidade, produzindo saberes sobre este e “prazer de saber” mesmo que oculto. Os dispositivos legais, livro didático e os discursos de especialistas como detentor do conhecimento científico (em sua maioria aquelas/es responsáveis pelo ensino de Ciências), através de eventos pontuais como palestras, constroem a ideia de verdade sobre a sexualidade.

Braga (2006), em análise ao PCN de orientação sexual, infere que são proferidos discursos homogeneizadores, cuja visão de sexualidade parte de uma dimensão biológica de “higienização da sexualidade”, focando em aspectos biológicos e reprodutivos, ignorando, por outro lado, questões da realidade escolar plural, desigual e cultural, como as relações de gênero, sexualidade infantil e homossexualidade.

O volume dos temas transversais o qual a autora se refere, organiza-se em três eixos de trabalho com a sexualidade na escola: 1º Corpo- matriz da sexualidade; 2º Relações de gênero e 3º Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 1997). Outro documento que versa sobre a legalidade e relevância da temática no âmbito escolar é a própria LDB (1996), que em seu Art. 26 trata de conteúdos correlatos aos direitos humanos e à prevenção das múltiplas formas de violência contra crianças e adolescentes para serem incorporadas transversalmente nos currículos escolares.

---

8 Para Foucault (2011, p.13) criou-se na sociedade ocidental uma “verdade” sobre o sexo, “centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem”.



Embora os dispositivos legais apresentem possibilidades de discussões em torno da temática que não estritamente biológica, para Furlani (2013) o que vem se desvelando são atividades pontuais e descontínuas, tais como palestras sobre as DSTs e gravidez precoce, as quais dificultam uma reflexão crítica mais ampla, aprofundada e sistemática em torno da sexualidade.

O que se problematiza não é a irrelevância de debates em torno das doenças sexualmente transmissíveis, tampouco a grande incidência de gravidez na adolescência presentes no cotidiano escolar, entretanto, para Zucco (2008) ainda que os discursos políticos e sociais de reconhecimento da condição cidadã das múltiplas identidades sexuais, como as mulheres, crianças, gays e transexuais, integrem a apresentação do tema da educação sexual, como no caso do eixo das relações de gênero, elementos do campo da saúde ainda são basilares e únicos, tornando-se relevante a importância das/dos professoras/es introduzirem em seu cotidiano profissional as reflexões cuja dimensões possam englobar aspectos sociais da sexualidade, tais como as relações de gênero.

Para a autora, em referência ao 2º eixo do tema transversal Orientação Sexual, essa perspectiva procura demarcar o lugar das discussões de gênero a partir dos argumentos de que as concepções de feminino e masculino são produções históricas; a escola é um espaço importante de construção dos gêneros; a escola pode ser um espaço para a submissão ou para a transformação das relações de gênero e para a superação de preconceitos (ZUCCO, 2008, p. 05-06).

Nosso entendimento é de que professoras/es, podem contribuir para o desenvolvimento de pensamento crítico sobre as compreensões de corpo e sexualidade, construindo atitudes que permitam o respeito as diferenças, sem desconsiderar a relevância da apropriação dos conhecimentos científicos. Noções introdutórias sobre o conceito de gênero, nesse sentido, em tempos de mordaza que o campo educacional se encontra, podem fornecer elementos teóricos para compreendermos as questões de sexualidade nas escolas, em questionamento às visões biologizantes.

Mesmo a escola sendo espaço, nessa perspectiva, de produção e reprodução de desigualdade, acredita-se que possa ser espaço de resistência e mudança, e o trabalho docente torna-se imprescindível para promover novas formas de pensamentos provocando rupturas com visões hegemônicas, moralistas e preconceituosas. Como argumenta (LOURO, 2013,



p.44), “é possível questionar todas as certezas sem que isso signifique a paralisia do pensamento, mas, ao contrário, constitua-se em fonte de energia intelectual e política”.

## CONCLUSÃO

Problematizar quais as concepções de sexualidade, como são abordadas e ensinadas na escola pode ser o primeiro passo para desestabilizar certezas e pressupostos teóricos-metodológicos. O se torna necessário e urgente é uma mudança epistemológica para que sejam materializadas em práticas educativas elas possam ser modificadas.

Considerando que nossas visões de mundo e sociedade são reflexos das relações sociais que nos constituem como sujeitos, a maneira como nós professoras e professores abordamos os conhecimentos nas escolas podem refletir positivamente ou não na constituição dos sujeitos discentes. Premissas discursivas de docentes como detentores do conhecimento e o conhecimento científico como legítimo e universal acabam sustentando concepções hegemônicas e cristalizadas nas práticas, as quais acabam dificultado novas abordagens além de corroborar com o fortalecimento de práticas conservadoras e preconceituosas.

Obviamente, é necessário problematizar que as mudanças teórico- metodológicas podem ser possíveis se consolidadas em uma formação inicial e continuada com intuito de (re) pensar novas estratégias de abordar e discutir a sexualidade na sala de aula, em vista a práticas educativas integradoras e contextualizadas, tanto no âmbito social quanto em relação aos conteúdos conceituais.

Todavia, a Educação Sexual vem perdendo espaço dentro da escola, especialmente no que tange as novas orientações curriculares a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o que endossa de forma contundente a necessidade de resistência docente quer seja na educação básica ou na educação superior para que essa temática tenha respeitado o seu espaço nos currículos de formação dos professores, inicial e continuada, além da abordagem cotidiana nas escolas de educação básica.

Tomando, por fim, como referência Louro (2003), é preciso questionarmos não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e os sentidos que nossas/os estudantes dão ao que aprendem. Assim, começaremos a compreender a escola como espaço não mais de legitimidade, mas de rupturas a processos de exclusões, preconceitos e discriminações.

**REFERÊNCIAS**

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Estudos Feministas**, n.º 2, pp. 575-585. 2001. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/9637/8868>>. Acesso em: 11/12/2017.

BORDINI, Santana Célia. O Lugar da Educação para a Sexualidade na Disciplina de Ciências e suas Relações com o Saber Científico. **Revista Contexto & Educação**. Unijuí. Ano 27 n.º 88 Jul./Dez. p. 62-76, 2012. Disponível em: < <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/371> >. Acesso em: 21/11/2017.

BRAGA, Andréa Vieira. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. **Revista Iberoamericana de Educación**. Argentina: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), n.º 40/2. 2006. Disponível em: < <https://rieoei.org/RIE/article/view/2519> >. Acesso em: 21/11/2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 23/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em: 22/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB n.º 7, de 14 de dezembro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf)> Acesso em: 23/10/2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.: 3º Ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org., e Trad. Roberto Machado. 29º reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FURLANI, J. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação Sexual: possibilidades didáticas**. In: LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_, G (org.). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, P. R. C. **Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. 2002. Tese (Curso de Pós-Graduação em Bioquímica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1855/000360201.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22/03/2017.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p.15-25.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.53, p. 11-19, maio, 1985. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1372>>. Acesso em: 16/03/2017.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, GUACIRA LOPES (org.). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WEREBE, M. J. A implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n.26, p.21/27, 1977. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/viewFile/1718/1702>>. Acesso em: 16/03/2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, Paula; SILVA, Méri., GOELLNER, Silvana. (Org). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Ed. FURG, 2009. p. 85-103.

ZUCCO, L. Relações de Gênero: Um eixo norteador da Educação Sexual. In: Bortolini, Alexandre (org.) **Diversidade sexual e de gênero na escola: Educação, Cultura, Violência e Ética**. 1ª edição – Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.